

Direitos humanos no cotidiano

Lúis Cláudio Cicci
de Brasília

Para o cidadão brasileiro e os moradores do Brasil aprenderem a lidar com as próprias obrigações e a reivindicar a faculdade de praticar ou de se abster de atos, nada melhor que um manual. Na segunda edição do livro *Direitos Humanos no Cotidiano*, um livro com ilustrações e textos de 72 artistas, equipes de produção e comunicadores inspirados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o número de exemplares impressos é multiplicado por mil em relação à primeira tiragem.

O relançamento da publicação, com 42 mil volumes de 381 páginas, está agendada para o começo da noite de hoje, no Salão Negro da sede Ministério da Justiça, em Brasília. A iniciativa tem a ver com a intenção de se adequar um tema abstrato, de difícil domínio, à capacidade de compreensão de toda população com habilidade para manusear um livro. Conforme o plano de distribuição, os destinatários preferenciais são as bibliotecas públicas do País.

Capítulos

Para decifrar o que é de difícil compreensão, os organizadores do manual convidaram profissionais com reconhecida habilidade no trato com a mensagem falada, cantada, escrita ou visual. Autores



Divulgação

de músicas acostumados a lidar com grandes platéias, escritores donos de best sellers, equipes de criação de agências de publicidade, pintores, jornalistas e religiosos receberam o chamado para se inspirarem, cada um, em um dos 30 artigos da declaração e abriram mão dos direitos autorais.

O arremate de cada capítulo, com a seção O que podemos fazer já?, é a narrativa da experiência de sucesso de uma organização cidadã.

“A intenção é que as pessoas conheçam, na prática, o que é direitos humanos e que se adote uma postura favorável, mais receptiva, com mais engajamento e mobilização”, diz a

A esperança é de que informação sirva para remediar os desrespeitos

coordenadora do projeto de cooperação entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Maria Irineide Nunes.

“O tema é rodeado de preconceito, o desconhecimento é grande e há muito trabalho de informação para ser feito até que se consiga o aceitável”, diz ela.

A triste constatação tem a ver com um contraste entre intenção e fato. Desde 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada, o Brasil passou ter legislação para a proteção dos direitos humanos que é reconhecida como das mais avançadas do mundo.

Esperança

Mas, na prática, a realidade é bem outra. “As normas são avançadas, porém o efetivo respeito a elas não está garantido”, lamenta o coordenador de Direitos Humanos da Unesco no Brasil, Carlos Alberto dos Santos Vieira.

A esperança é de que informação sirva para remediar os desrespeitos cometidos contra os seres humanos no Brasil.

“Hoje, qualquer aproximação dá motivo para desconfiança e o livro pode ser parte num processo de reversão desse comportamento”, diz Vieira.

“Não são receitas prontas, é só uma obra que estimula a pensar e a agir com respeito ao modo de cada um ser”, destaca ele. Por isso, no título, a tentativa de vínculo com o dia-a-dia. “Ceder o assento num ônibus para uma gestante ou um idoso não podem causar estranheza”, afirma.

Direitos Humanos no Cotidiano é uma publicação que reúne a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, a Universidade de São Paulo (USP) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco. Graças aos benefícios da Lei de Incentivo à Cultura e à participação da Fundação Athos Bulcão e do Instituto Takano, seis bancos e uma indústria tabagista assumiram o patrocínio orçado em mais de R\$ 500 mil.

(lclaudio@gazetamercantil.com.br)

SERVIÇO

Para pedidos de remessa de exemplares do *Direitos Humanos no Cotidiano*, o interessado deve remeter correspondência para a representação da Unesco no Brasil, no endereço SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar, CEP: 70070914, Brasília-DF. Outra opção é a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, que fica na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede do Ministério da Justiça, Sala 405. O exemplar e o envio são gratuitos.